

LITERATURA DE INFORMAÇÃO: RASCUNHOS DA CULTURA QUINHENTISTA

INFORMATION LITERATURE: DRAFTS OF THE SIXTEENTH CENTURE CULTURE

Valdemar Valente Junior¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo detectar elementos de uma literariedade brasileira em alguns dos documentos de informação do período colonial. Para que isso se efetive, defendemos a ideia de uma ficcionalidade implícita nos relatos de viajantes que aqui estiveram, especificamente, na segunda metade do século XVI. Assim, buscamos identificar nos textos de Pero de Magalhães Gandavo, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa uma relação de verossimilhança com o homem e a terra que ultrapassa a descrição histórica para inserir-se como narrativa que por momentos atinge pontos extremamente elevados.

Palavras-chave: Literatura de Informação. Século XVI. Cultura brasileira.

Abstract: This article aims to detect elements of a Brazilian literarity in some of the information documents of colonial period. For this to happen, we defend the idea of a fictionality implicit in the reports of travelers who were specifically here in the second half of the sixteenth century. Thus, we seek to identify in the texts of Pero de Magalhães Gandavo, Fernão Cardim and Gabriel Soares de Sousa a likelihood relationship as the man and the earth that goes beyond the historical description to insert itself as narrative that at times reaches extremely high points.

Keywords: Information Literature. Century XVI. Brazilian culture.

Introdução

O choque entre a cultura da escassez e a cultura da abundância que se verifica com a chegada dos primeiros europeus à terra brasileira pode ser traduzido a partir dos relatos que oferecem a nítida ideia da experiência incomensurável do que representaram as viagens marítimas ao hemisfério sul no transcurso do século XVI. Há que se pensar que para esse mister interfere a visão de diferentes povos que pelo litoral brasileiro haveriam de passar deixando registradas suas observações. São os exemplos de portugueses, italianos, alemães, espanhóis, franceses e ingleses que de algum modo ajudam a pensar acerca da terra e da gente brasileira no primeiro século da colonização. Por esse meio, a visão eurocêntrica dos que aqui chegam acerca da forma como o aborígine se relaciona

¹ Doutor em Ciência da Literatura pela UFRJ. Professor Assistente da UCB. E-mail: valdemarvalente@gmail.com

com a terra e com seu grupo parece sempre sobrecarregada de elevada dose de preconceito, se for considerado o primado do pensamento católico ou protestante dos recém-chegados. No entanto, o conjunto desses textos de informação se constitui em documento de elevado teor antropológico e, do mesmo modo, literário, na medida em que, em sua grande parte, neles se encontram os esboços narrativos que pela primeira vez colocam o homem brasileiro como personagem de sua própria história, o reproduzir as imagens de um tempo do qual não temos mais informações.

Na verdade, o descompasso no que se refere aos interesses comuns a espanhóis e portugueses se estabelece a partir do momento em que coube aos primeiros encontrar enormes jazidas de ouro e prata no México e no Peru em seus primeiros contatos de exploração. De modo contrário, a chegada dos portugueses ao Brasil resultou no malogro de quase dois séculos de espera para que se efetivassem os primeiros sinais da descoberta de ouro e prata. Diante disso, criou-se a necessidade de os relatos de viagem darem ênfase à possibilidade dessas riquezas florescerem como uma promessa vindoura, servindo para que se efetivasse um imaginário capaz de atrair enorme quantidade de aventureiros para uma terra onde até então somente se encontrava a madeira vermelha que lhe dera o nome. Desse modo, os documentos de informação que nessa época foram publicados na Europa dão conta do homem e da natureza como elementos exóticos, além do fato de que a riqueza prometida concorre como termo capaz de manter a viabilidade dos negócios da Coroa Portuguesa no Brasil. Há que se convir que boa parte desses textos não foi publicada à época, ficando por conta dos poucos que se tornaram conhecidos como propaganda acerca do Novo Mundo.

Assim, o impacto decorrente desses vários encontros acaba por possibilitar relatos que se atêm ao conceito eurocêntrico de uma sociedade acerca de outra, o que se justifica na dominação exercida sobre os aborígenes. Daí os relatos incidirem na barbárie como elemento predominante, na medida em que se busca uma justificativa ao processo de ocupação da terra e dominação do homem. No entanto, as circunstâncias através das quais se deu esse processo acabam por estabelecer relações de convivência completamente inusitadas no que se refere ao processo civilizatório que se configura no Brasil. O preço a ser cobrado pela colonização diz respeito à depredação da natureza para efeito do plantio da cana-de-açúcar, a partir da importação de mão de obra africana, em vista da inadaptação do aborígene ao trabalho escavo nas lavouras. Assim, enquanto o processo de ocupação ainda não se configurara, em vista do que se convencionou chamar de ouro branco, nem tampouco o ouro de Minas Gerais se materializara, os relatos de viajantes,

cronistas e missionários incide na relação com o aborígene, bem como na observação da fauna e da flora como elementos exóticos vistos à distância. Essas são as formas de expressão de um mundo absolutamente original, haja vista o estranhamento que se efetiva a partir desse encontro.

A necessidade de afirmação de modelos que sobreponham à cultura aborígene passa a ser regra predominante nos textos de informação, na medida em que se impõem como ordem superior da Coroa Portuguesa para efeito da ocupação da terra a partir de preceitos ideológicos que se fundamentam na aliança entre o Estado e a Igreja. Desse modo, o contraponto entre os interesses econômicos do primeiro e o desígnio de ampliar o princípio da fé entre os aborígenes acaba por se configurar como termo essencial do conflito que se estende por todo o século XVI como termo que caracteriza o desencontro que perdura como registro do descompasso brasileiro. Por isso, os textos de informação refletem uma visão quase sempre parcial, o que corresponde ao sentido predatório que desembarca junto com o desejo de dominação do homem e exploração da terra. Por sua vez, essa leitura unilateral acaba sendo responsável por uma série de relatos que se confirmam como as primeiras manifestações de uma literariedade brasileira, levando-se em consideração o fato de que esses rascunhos de cultura expressam os sinais de uma brasilidade que acaba por se estender como elemento essencial ao entendimento acerca do lugar que passamos a ocupar no mundo.

Desse modo, os textos de informação assumem a voz da cultura dominante quando se colocam em posição oposta às formas de convivência entre as tribos, condenando a antropofagia, a nudez e a poligamia, além da imposição religiosa que evidencia o papel dos padres jesuítas como catequistas responsáveis por impor os desígnios de Deus por meio da violência. A maioria desses relatos, portanto, impõe a vontade dominante como marca definida do processo de ocupação, a partir do controle da cultura como meio capaz do que consideram como forma de retirar o aborígene das trevas da ignorância. Nesse sentido, alguns cronistas são enfáticos ao caracterizar a vida entre os aborígenes como exemplo da barbárie que se opõe frontalmente ao cristianismo como regra a ser imposta. Por outro lado, a natureza coloca-se em evidência como cerne de uma discussão que se integra à necessidade de incorporá-la à condição de elemento primordial ao nível de convivência entre europeus e aborígenes. A seu favor concorre a exuberância de uma diversidade animal e vegetal que coloca os recém-chegados na condição de beneficiários de incrementos às suas vidas, na medida em que a fauna e a flora enceram promessas de bem-estar e recuperação da saúde.

Para efeito da análise que este texto propõe, se faz necessário recorrer a elementos específicos que ajudem a elucidar a questão inerente à dominação como princípio que se impõe. Para tanto, diante do *corpus* abrangente inerente aos documentos de informação, elegemos a leitura de *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gandavo, do *Tratados da terra e gente do Brasil*, de Fernão Cardim, e do *Tratado descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa. Esses textos de informação, escritos na segunda metade do século XVI, dão conta do processo de expansão dos negócios da Coroa Portuguesa e do início do Domínio Espanhol, em vista da colonização em estágio avançado de ocupação da terra, evidenciando o surgimento de cidades como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, há que se levar em conta os aspectos referentes ao homem e à natureza como elementos que tangenciam o inverossímil, uma vez que a presença de monstros marinhos, além dos prodígios de uma flora exótica, evidencia o irreal, do mesmo modo que os hábitos difundidos entre os aborígenes situam-se como termos de uma cultura a que os religiosos buscam combater como forma de impor a vontade de um Deus que não tem como ser reconhecido pela gente da terra.

A ampliação do olhar

A publicação da *História da província de Santa Cruz*, seguida em muitos anos pela do *Tratado da Terra do Brasil*, pode oferecer a dimensão do olhar de Pero de Magalhães Gandavo acerca do Brasil no período em que o sistema sob as ordens da Coroa Portuguesa apresenta os sinais da dominação que anos após se vê estorvada pelo Domínio Espanhol, posterior à Batalha da Alcácer-Quibir, quando o sonho de grandeza consignado na configuração do Quinto Império se perde para sempre. A vinda de Pero de Magalhães Gandavo para o Brasil, na condição de funcionário da fazenda, na Bahia, o faz percorrer o litoral em sua extensão possível até o Rio de Janeiro. Nessas viagens, recolhe os subsídios necessários à configuração do *Tratado* e da *História*, sendo esta a primeira obra escrita e publicada em português acerca do Brasil, em 1576, uma vez que a outra só viria a público em 1856. Diante disso, cabe uma observação que se amplia como possibilidade que dá conta de uma terra marcada pela presença dos mitos de sua formação, povoando o imaginário europeu como uma via de retorno garantido à difusão da colonização em seu estágio de fixação do homem na terra que se mostra promissora. Assim, a configuração do pensamento acerca da terra e do homem que nela habita concorre para que nesse

instante seja fundado um conceito de narrativa, mesmo em face da precariedade que envolve essa condição. Em vista disso, a opinião de Tzvetan Todorov mostra-se essencial:

Começamos pelo fantástico-estranho. Acontecimentos que parecem sobrenaturais ao longo de toda a história, no fim recebem uma explicação racional. Se esses acontecimentos por muito tempo levaram a personagem e o leitor a acreditar na intervenção do sobrenatural, é porque tinham um caráter insólito. A crítica tem descrito (e frequentemente condenado) esta variedade pela designação de “sobrenatural explicado”. (1975. p. 51).

A curiosidade de Pero de Magalhães Gandavo o faz chamar a atenção acerca dos elementos da fauna e da flora que inevitavelmente remetem aos aspectos edênicos de uma terra que se expõe aos olhos do leitor por sua condição singular, em vista da previsibilidade a que a Europa corresponde como continente extenuado pelos rigores da Idade Média. Para o homem europeu, portanto, o Novo Mundo apresenta-se de modo a caracterizar a diferença como marca de um lugar para onde se convertem as expectativas acerca da riqueza e da fertilidade como sinônimos do paraíso na terra. A prodigalidade da terra, a abundância das águas e a diversidade da fauna e da flora se juntam às esperanças da descoberta do ouro e das pedras preciosas como motivo maior que serve de justificativa à demanda de um enorme contingente que se desloca em direção ao Brasil. A isso, Guillermo Giucci acrescenta: “O número de maravilhas, a admiração diante da variedade da natureza e a surpresa frente à diversidade infinda dos hábitos humanos aumentam à medida que o viajante se afasta do centro civilizado” (1992, p. 68). A procura por elementos da natureza que ratifiquem o Brasil como lugar inusitado que tanto alimenta a curiosidade estrangeira não se restringe apenas a monstros marinhos e ao aborígene como figura exótica, mas também à natureza que se mostra impactante, roubando a cena diante da distorção que tangencia o exagero, quando descrita em sucessivos relatos. A vitalidade com que a natureza se apresenta coaduna-se à perfeição dos corpos de uma gente que se mostra extremamente sadia. Por sua vez, contra isso concorre o caráter belicoso, a cupidez e a antropofagia, o que na visão de missionários e viajantes depõe de modo a desqualificar essas práticas.

Dá a observação de Pero de Magalhães Gandavo reiterar o que considera como expressão do trabalho anárquico dos índios e as fugas do litoral para o interior, quando buscam escapar da subjugação, sendo mais prósperas as terras onde isso não se verifica, uma vez que nelas se estabelece o negócio do pau-brasil, do açúcar e do algodão. Desse modo, atribui ao caráter mutável e fugidio do aborígene o fato de que a terra poderia, a

partir da colaboração de seu trabalho, ser muito mais rentável. A isso acrescenta sua prodigalidade como um fator capaz de fazer com que a mendicância inexistisse, uma vez que ao clima favorável se acrescentam os proveitos da agricultura como termo que contribui decisivamente para a saúde do homem. Diante disso, o conjunto das ideias contidas no *Tratado* e na *História* apontam para um lugar específico da terra que por sua própria condição se torna capaz de fornecer tudo quanto se faz necessário à sobrevivência. Nesse aspecto concentra-se o cerne de um debate que amplia a visão do homem europeu acerca do paraíso na terra, uma vez que a isso se adequa o conceito de uma vida livre de todos os percalços que marcam o fim da Idade Média como período no qual prevalece o rigor e a interdição como elementos que aliam a intolerância religiosa à escassez de bens e aos surtos epidêmicos como registros de uma Europa abalada por crises de diferentes ordens. Desse modo, recorreremos à observação de Laura de Mello e Souza:

Paraíso Terrestre pela natureza, inferno pela humanidade peculiar que abrigava, o Brasil era purgatório pela sua relação com a metrópole. Homens danados podiam alcançar os céus através do esforço honesto, do trabalho diário, da sujeição à vontade metropolitana. O sistema colonial perpetuava a purgação: lançava sobre a colônia os elementos indesejáveis, prometendo-lhes o Éden (como no discurso propagandístico de Gandavo) e iniciando sua purificação através do exílio ritual representado pela travessia atlântica. (1994, p. 84).

Por seu turno, Pero de Magalhães Gandavo denuncia a matança do aborígine no litoral como consequência do processo de colonização que se faz presente a partir da presença dos portugueses como agentes de transformações que obrigatoriamente passam pela ocupação de diferentes territórios de disputa. Nesse ponto reside a observação de Caio Prado Júnior: “Assim como a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza, e com ela seus atributos naturais”. (1961, p. 21-22). Do mesmo modo a narrativa denuncia o interesse dos portugueses nas disputas internas entre diferentes tribos, quando a sequência de guerras entre rivais concorre para que se efetive um enfraquecimento de forças que acaba por favorecer a hegemonia territorial e política como meio viável à dominação como resultado esperado. Os rituais de antropofagia, do mesmo modo, se constituem em exemplos da barbárie a que os missionários jesuítas tanto condenam, concorrendo para que se acirrem ainda mais as divergências que fazem do aborígine um inimigo a ser enfrentado pela força das armas, quando os recursos da conversão parecem se esgotar. Há que se pensar acerca da antropofagia como um ritual que atende a uma demanda cultural de incorporação dos valores daquele que é devorado.

Diante disso, os alvos do festim antropofágico não se limitam à figura do europeu invasor, podendo corresponder a membros de outras tribos que, capturados em guerras, são submetidos a esses rituais.

Ao desacordo da vida selvagem com relação aos princípios que regem a ordem colonial acrescentam-se os prodígios de uma natureza que se mostra favorável ao florescimento de expectativas a que os europeus tanto anseiam como um meio capaz de lhes suprir a condição de povo submetido a condições de vida extremamente adversas. Assim, o caráter copioso do que a terra pode conferir ao homem situa-se no presente da narrativa, mas, do mesmo modo, coloca-se na condição de materialidade do que decorrerá no tempo para se efetivar no plano das riquezas a serem descobertas. Por esse meio, a opção pelo nome Brasil, que contraria a opção de Santa Cruz, o da preferência de Pero de Magalhães Gandavo, corresponde claramente a uma escolha que contempla a ordem mercantil, em detrimento do pensamento cristão. Pode-se com isso vir se pensar acerca do valor representado pela natureza como um termo essencial que corresponde a um discurso que foge de ser prolixo, não obstante sequência inominável do que parece se apresentar como verdadeiro prodígio. Em vista disso, fica patente a aproximação que se estabelece entre o texto historiográfico e o texto ficcional, uma vez que os exemplos coletados, em função das riquezas que se anunciam, põem em dúvida o caráter verossímil do que se mostra em condições plenas de figurar como termo da criação literária. A isso, Sérgio Buarque de Holanda acrescenta uma valiosa opinião:

É de crer, com efeito, que Gandavo, escrevendo por volta de 1570, se reporte no seu tratado da terra ao mesmo caso que narrara a el-rei o astrônomo castelhano, quando alude às novas levadas a Porto Seguro por certos índios, de umas pedras verdes encontradas numa serra “fermosa e respladenscente”, muitas léguas pela terra dentro. (1977, p. 37).

Diante disso, o texto de Pero de Magalhães Gandavo sugere a aplicação de conceitos de concisão que fogem ao extremo de possíveis digressões. Assim, a imposição do discurso historiográfico atua em paralelo um esboço de fixação da linguagem como termo de valor inexcédível. Daí a constatação da busca por uma teoria da narrativa que se adequa perfeitamente à condição do escritor e estilista da língua. Na condição de latinista e secretário da Torre do Tombo, seu requinte extrapola a mera descrição inerente ao relato sem o peso do saber que caracteriza as nuances do texto impondo seu registro definido a partir de uma linguagem que lhe serve como patente. Assim, o dado ficcional acaba por desenvolver um relato que instiga o imaginário europeu à aventura na terra

desconhecida, reiterando a conquista do poder sob a égide da fé cristã. Em uma terra que se mostra aos olhos do cronista como desprovida dos princípios religiosos que se fundamentam como base da dominação portuguesa, a catequese mostra-se como instrumento capaz de inibir a odiosidade existente entre os aborígenes. A isso, Mecenas Dourado acrescenta: “Enganavam-se quanto á descrença do selvagem – embora acertassem no julgá-los sem a ideia de Deus – e iludiam-se quanto às consequências a tirar dessa descrença para a facilidade da conversão”. (1958, p. 56-57). Assim, a língua funciona como uma ferramenta de importância fundamental de que Pero de Magalhães Gandavo se serve para manifestar sua opinião, confirmando na visão eurocêntrica o lugar da exclusão e da diferença entre aborígenes e europeus.

Seres estranhos e exóticos

A informação contida nas narrativas de viajantes, cronistas e missionários amplia seu halo de observações na direção do que parece estar além do que se constitui em convivência desprovida de crítica, o que de fato ocorre. A ausência de um olhar crítico concorre para que a diferença entre culturas seja hiperbolizada, em face do estranhamento que esse contato propicia. Diante disso, os *Tratados da terra e gente do Brasil* obedecem à análise rigorosa que Fernão Cardim cumpre ao reiterar posições já devidamente fixadas a partir de uma visão que amplia sua observação a respeito do aborígene brasileiro como símbolo de uma barbárie que se coaduna à hipérbole vista a partir do exotismo de animais e plantas. A natureza, portanto, revela-se em sua condição de absoluta supremacia, no que tange às potencialidades que dela se podem extrair, uma vez que o relato de Fernão Cardim não poupa elogios à condição plena daquilo que confere dividendos aos colonizadores. Do mesmo modo, na condição de missionário jesuíta, dirige seu pensamento em direção ao trabalho de catequese, haja vista sua convicção de que o aborígene acabaria por aceitar o cristianismo de modo a respeitar e temer um Deus que se faz representar por meio de relâmpagos e trovões. Assim, podemos recorrer ao argumento de Ronaldo Vainfras:

Muito já se escreveu acerca dos efeitos destrutivos da catequese nas culturas ameríndias, embora o argumento de aldeamentos por vezes funcionasse como barreira à rapinagem escravocrata dos colonizadores. Não insistirei no assunto, limitando-me a recordar a introjeção do cristianismo por meio de culpabilidade e estigmas das tradições indígenas. (1995, p. 48).

Do mesmo modo, os *Tratados da terra e gente do Brasil* descrevem algo que se configura em elemento comum aos relatos desse gênero, no que se refere aos rituais de antropofagia que se caracterizam como um dos pontos mais destoantes da relação entre o europeu e o aborígine. Assim, o sacrifício com vistas a devorar a carne humana funciona como ação abominável aos olhos dos cristãos. No entanto, o relato de Fernão Cardim assume um tipo de distanciamento que lhe possibilita descrever a integridade do ritual de sacrifício sem que a isso escape qualquer detalhe. Nesse sentido, a configuração histórica do relato acaba por estender sua concepção estética rumo à ideia de um princípio ficcional, na medida em que, nesse aspecto, assume a condição inerente aos primeiros sinais de uma literariedade brasileira. Diante disso, podemos recorrer à afirmação de Afrânio Coutinho: “Esse conflito de relações entre a Europa e a América, esse esforço de criação de uma tradição local em substituição à antiga tradição europeia, marcam a dinâmica da literatura desde os momentos ou expressões iniciais na Colônia”. (1986, p. 35). Os pontos que correspondem à presença entre os aborígines têm como referência a necessidade de serem estreitadas as relações em que os nativos são inevitavelmente derrotados. O que Fernão Cardim considera como fruto da eficácia da conversão do aborígine não representa senão uma prática que envolve a violência como forma de domesticar e coibir o que se apresenta como inaceitável.

A imensidão da terra e a diversidade das plantas e frutos aliam-se à forma através da qual Fernão Cardim descreve a presença do que chama de monstros marinhos. Na verdade, trata-se de um tema recorrente no relato de outros autores, na medida em que são descritos pelos aborígines como seres gigantescos que atacam as pessoas, tendo sido vários deles encontrados no litoral da Bahia. Segundo a lenda, os monstros marinhos abraçam tão fortemente suas vítimas que delas não sobram senão destroços. Em seguida, depois de emitirem alguns gemidos de sentimento, comem-lhes os olhos, o nariz, os dedos dos pés, as mãos e a genitália, encontrando-se esses seres com certa frequência em diversas praias. Diante disso, pode-se ter a ideia do que representam as sucessivas narrativas, verossímeis ou não, que passam a povoar o imaginário dos que chegam à terra, do mesmo modo que despertam a curiosidade dos que na Europa sonham em conhecer o universo de estranhezas e exotismo a que se acrescentam as promessas de enriquecimento e bem-aventurança. Esses relatos propõem uma abertura à visualização de temas completamente inusitados à imaginação de uma Europa que ainda se vê atrelada aos rigores da Inquisição como aspecto repressor capaz de ceifar as potencialidades da razão e da inteligência. Nesse sentido, se faz procedente recorrer a Laura de Mello e Souza:

Tensão entre racional e maravilhoso, entre o pensamento laico e o religioso, entre o poder de Deus e o do Diabo, embate, enfim, entre o Bem e o Mal marcaram desta forma concepções diversas acerca do Novo Mundo. Para os primeiros colonizadores e catequistas da América, que vieram numa época em que as religiosas dilaceravam a Europa, o recurso a tal embate não era simples retórica, mas índice de mentalidade onde o plano religioso ocupava lugar de destaque, mostrando-se presente nos mais diversos setores da vida cotidiana. (1993, p. 22).

O relato de Fernão Cardim ainda dá conta do que parece coincidir o ciclo da cana-de-açúcar e a vinda dos escravos africanos que nessa produção exercem sua força de trabalho. A mudança que se verifica com a crescente necessidade de se dotar a Colônia de meios rentáveis que justifiquem a presença dos portugueses e a manutenção de quadros permanentes na terra induz ao plantio da cana-de-açúcar como meio possível ao que se converte em lucro, na ausência do ouro que ainda não anunciara sua existência. Daí os escravos africanos que no final do século XVI chegam ao Brasil, concorrendo para o implemento das lavouras que garantem a subsistência da terra e assegurando a exportação do açúcar como produto cuja cotação nos mercados da Europa assume importância decisiva. Os africanos apresentam-se como um sucedâneo à inviabilidade da utilização do aborígene como mão de obra. A esse respeito, Ruggiero Romano depõe: “De fato, o índio não quer trabalhar porque acha que não tem necessidade de produzir um esforço superior ao que está habituado a produzir no quadro de sua civilização” (1989, p. 62). Isso decorre do fato de que sua relação com a terra e sua proposta de sobrevivência, a partir da extração de seus produtos, em nada tem a ver com o processo de acumulação de bens geradores de capital a que os portugueses recorrem como razão de ser de sua presença em território brasileiro. O dado significativo da presença africana no Brasil corresponde aos relatos que, a exemplo de *Tratados da terra e gente do Brasil*, aproximam-se do final do primeiro século da colonização portuguesa, quando o trabalho escravo se configura de modo permanente.

Acerca da prodigalidade da terra e do clima, Fernão Cardim confirma um ponto comum à maioria dos cronistas, dando conta de vir a ser o Brasil um novo Portugal, na medida em que parece reiterar situações que, na sua concepção, atrairiam sucessivas levas de colonos dispostos a aqui construir suas vidas. No entanto, o otimismo presente em seu relato se contrapõe às formas da violência com que os colonos escravizam o aborígene e submetem os africanos, querendo parecer haver um acordo tácito entre a Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus no sentido de serem escamoteados os desvios que

induzem a catequese a trilhar por caminhos nem sempre corretos, quando parece fechar os olhos às práticas nocivas aplicadas contra cativos e aborígenes. O que acredita ser o resultado do exercício da fé entre os supostamente convertidos decorre, na verdade, da progressiva ação devastadora da colonização como conluio orquestrado que visa dizimar os que se indispõem contra o rigor de um ordenamento religioso que em nada lhes diz respeito. Desse modo, o avanço da colonização possui formas de conter os interesses comuns a colonos e religiosos, sendo que estes últimos recebem da Coroa Portuguesa um soldo significativo em função de seu papel evangelizador. Por conta disso, os descaminhos da fundação do Brasil introduzem marcas que parecem permanecer para sempre como estigmas da submissão ao poder. A isso, Luís da Câmara Cascudo acrescenta suas impressões:

A impressão que me ficou de todas as leituras feitas nos documentos dos séculos XVI e XVII, lendas e tradições indígenas, vocabulários e relatórios, é que Tupã é unicamente um trabalho da adaptação da catequese. O Deus cristão tomou forma, ou melhor, deu forma a uma entidade que nunca possuía significação religiosa para nenhuma tribo do Brasil. (1983, p. 42).

A condição inerente à terra que se desvela à exploração estende-se à incompreensão que se abate sobre o aborígene, quase sempre sob o olhar do preconceito em relação ao que se constitui na base de seu modo de ser na terra que lhe pertence. Por esse meio, o desencontro de propósitos decorrente do inevitável contato entre diferentes povos assume a dimensão do conflito que se agrava, em vista da disparidade de costumes que se constitui em abismo entre culturas, resultando no uso da força como expressão inerente ao descompasso que marca essa relação. Assim, Manuel de Oliveira Lima acrescenta: “As gentes selvagens constituíam no século XVI o triplo assunto capital oferecido pelo Novo Mundo, à curiosidade literária, à ganancia comercial e ao proselitismo religioso”. (1896, p. 22-23). A nudez que caracteriza o contato do aborígene com o meio em que vive, face ao calor dos trópicos, tende a ser encarada como sintoma da cupidez de quem se mostra desprovido do pudor, decorrendo disso a disparidade de formas que se distanciam. Em seu relato, Fernão Cardim aponta para o fato dos aborígenes acenderem fogueiras como meio de lhes aquecer o corpo nas temporadas mais frias, segundo ele, uma espécie de roupa de que se servem. Essa afirmação, por sua vez, serve para reiterar a nudez como um aspecto cultural que não tem como ser compreendido por quem vem de uma cultura que se impõe a partir do recato e da punição à ordem dos desejos.

Roteiro de riquezas

Pouco mais de uma década antes do fim do século XVI, quando se faz impor o Domínio Espanhol sobre Portugal, o *O tratado descritivo do Brasil* ganha a condição de documento que funciona como roteiro de riquezas de que Gabriel Soares de Sousa lança mão com a intenção de conseguir de D. Felipe II, monarca espanhol, os meios necessários à exploração do litoral baiano na direção do interior, acreditando, através dessa investida, poder desvelar um universo de riquezas. A expedição viria a fracassar, mas esse valioso relato sobreviveria como um documento de informação que cataloga uma série de elementos acerca da terra e do homem, representando uma possibilidade de se compreender o Brasil. Na condição de cristão-novo, Gabriel Soares de Sousa vem da Europa investido do desejo de riqueza que povoa a aventura dos recém-chegados. Sua ambição, contudo, não contava com os percalços com que acaba por enfrentar, diante do sonho de riqueza que se respalda na possibilidade do ouro e das pedras preciosas se constituírem em realidade. Os indícios desses bens virem a ser encontrados no sertão baiano parecem evidenciar a iniciativa da expedição, mas seus resultados não chegam a se concretizar. Diante disso, cabe recorrer à observação de Paulo Prado:

Por toda parte o aventureiro corria atrás da prata, do ouro e das pedras preciosas, que durante quase dois séculos não foram senão ilusões e desenganos. Compensava a esterilidade do esforço a descida do indígena. Entrelaçavam-se assim bandeiras de caça ao gentio e bandeiras de mineração. (1931, p. 72-73).

A presença do aborígene em parte do litoral de onde retira informações configura-se como elemento essencial, dando margem a comentários que se confirmam na visão de outros tantos cronistas, configurando o aspecto eurocêntrico que se impõe às marcas de singularidade de uma cultura sistematicamente desqualificada. Essa visão não faz senão repetir aspectos que discrepam entre europeus e aborígenes, servindo de combustível que alimenta uma cizânia que nunca chega ao fim. Daí os costumes encontrados no contato com diferentes tribos se constituírem em objeto de estranhamento, no que tange ao embate de forças culturais que se conflitam de modo inconciliável. Nesse aspecto, reside a observação de César Fernandez Moreno: “Revela-se nesta idealização uma ânsia europeia de superar sua própria realidade e forjar um mundo ideal na realidade distante, talvez uma espécie de refúgio contra suas próprias misérias e restrições”. (1979, p. 86). Por esse meio, a língua falada pelo aborígene também concorre como elemento que destoa significativamente de um nível de entendimento a que se faz preciso adaptar-se como

forma de dominação e exercício da atividade precípua da colonização. Em vista disso, Gabriel Soares de Sousa reafirma o bordão comum a outros cronistas acerca da ausência das letras F, L e R na língua tupi, sendo isso um elemento que confirma a ausência de fé, lei e rei. Assim, as lendas que se compõem em torno do aborígine estendem-se ao modo através do qual a articulação da linguagem referenda um aspecto incomum, constituindo-se em diferença que se traduz em preconceito. Do mesmo modo, o aprendizado de um termo comum ao tupi e ao português agencia apenas as condições de negociação entre essas duas partes.

Um dos elementos que caracteriza o *Tratado descritivo do Brasil* em sua função de documento de apresentação de riquezas a serem exploradas diz respeito à descrição do Recôncavo Baiano e suas áreas contíguas como ponto de referência que considera como lugar exato a que a expedição deve se remeter. O Rio Paraguaçu em sua extensão seria a porta de entrada para o sertão baiano no que se faz preciso explorar. Do mesmo modo, o acesso ao entorno da Baía de Todos os Santos configura-se em polo de riquezas inesgotáveis aos olhos do cristão-novo que vê no Brasil um negócio sem precedentes, no que tange às possibilidades de na Colônia poderem ser auferidos lucros astronômicos. A ambição do que corresponde ao projeto de Gabriel Soares de Sousa indica a direção dos negócios representados pela abertura à exploração como ideário de uma Europa sedenta de riquezas que busca no Brasil a supressão desse desejo. A febre da exploração se traduz no *Tratado descritivo do Brasil* como reprodução da imagem da Colônia no primeiro século da presença dos portugueses como mentores do processo de ocupação da terra e dominação do aborígine. Diante disso, nada mais pleno de significação que a ação predatória que se alia ao enriquecimento rápido, em vista das potencialidades que Gabriel Soares de Sousa presume desfrutar. A respeito da exploração predatória da terra e do homem, recorreremos à observação de Darcy Ribeiro:

Apesar de o projeto de colonização nascente do Brasil ter sido formulado sem qualquer escrúpulo humanitário, tal foi a ferocidade da colonização leiga, que estalou, algumas décadas depois, um sério conflito entre os padres da Companhia de Jesus e os povoadores dos núcleos agrário-mercantis. Para os primeiros, os índios, então em declínio e ameaçados de extinção, passaram a ser criaturas de Deus e donos originais da terra, com direito a sobreviver se abandonassem suas heresias para se incorporarem ao rebanho da Igreja, na qualidade de operários da empresa colonial recolhidos das missões. Para os colonos, os índios eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão. (1995, p. 53).

O relato contido no *Tratado descritivo do Brasil* procura dar conta não apenas da possibilidade de reservas de metais e pedras preciosas, mas, do mesmo modo, ressalta as qualidades da terra como adequada ao plantio de sementes que, vindas de outros continentes, encontrariam as condições plenas de adaptação que fariam prosperar as lavouras acrescentando valor aos produtos nativos. Acerca desse tema, Fernando A. Novais esclarece: “De fato, a colonização por meio da agricultura tropical, como a inauguraram pioneiramente os portugueses, aparece como a solução através da qual se tornou possível valorizar economicamente as terras descobertas”. (1971. p. 48). Gabriel Soares de Sousa promove um inventário das plantas do Brasil que parece não ter precedentes, na medida em que isso se agrega ao conjunto dos bens que busca divulgar como parte do que pretende explorar. Por conta disso, o *Tratado descritivo do Brasil* passa à condição de documento de importância singular, no que se refere ao levantamento de tudo quanto se constitui em benefícios da natureza a serviço do homem. Além disso, arrola uma lista de animais que habitam o litoral, uma vez que essa relação se atém a um espaço que difere da incógnita em que se constitui o sertão a que o texto pressupõe nele identificar uma abundância de bens, sem que haja sua efetiva comprovação.

A fauna e a flora do Brasil passam a se configurar como patrimônio da Coroa sob o controle espanhol, sendo Gabriel Soares de Sousa alguém que encerra em seus comentários a necessidade de se tomar a efetiva posse desses bens. A isso se faz transparecer a ideia de que a colonização ainda não se dera de fato, uma vez que os bens que enumera parecem não ter como ser catalogados, fugindo ao controle de um processo que não tem como não deixar com que tudo isso lhe seja subtraído por invasores de diferentes países. Assim, o *Tratado descritivo do Brasil* configura-se como uma espécie de mapeamento de tudo quanto deve ser controlado, a partir de uma prestação de contas ao poder da Metrópole do que na Colônia consiste em achado valioso da natureza. A prodigalidade colonial se constitui, na opinião do cristão-novo, em oportunidade única de enriquecimento, haja vista o resultado concreto do favorecimento obtido junto à Corte em Madri, em vista da exploração do sertão baiano, o que acaba por se constituir em rematado fracasso. A ambição que alimenta não se faz suficiente para que seu sonho se converta em realidade. Por conta disso, Antônio Soares Amora nos acrescenta:

Os séculos XVI e XVII, não nos esqueçamos, foram duas centúrias de moroso processo de ocupação da terra e desenvolvimento cultural. Nos dois ou três primeiros quartos do século XVI todas as compensações materiais da aventura náutica vinham do fabuloso Oriente; no último quartel do século, quando a crise do Império Oriental poderia sugerir a busca de uma compreensão do

Brasil, ocorreu a crise política do Portugal europeu; para a Espanha, agora dominadora do vasto Império Lusitano, o Brasil continuou a não existir. (1960, p. 6).

Os últimos trechos do *Tratado descritivo do Brasil* tratam especificamente da observação acerca do aborígene como parte integrante desse processo de desvelamento da Colônia face aos interesses da Metrópole. Daí suas relações sociais serem descritas a partir de um ponto de vista que as torna extremamente desiguais diante da visão do europeu, para quem apenas o exotismo permeia sua relação com o mundo. Entre outros fatores, Gabriel Soares de Sousa relaciona os princípios da alimentação aos rituais de cura, do mesmo modo que a sexualidade como expressão de comportamento que difere por completo dos princípios cristãos defendidos por portugueses e espanhóis. Assim, Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira Neto discorrem acerca do lugar do aborígene: “Cada povo índio tem, de seu ambiente, esse conhecimento copioso que denomina cada árvore ou arbusto, cada inseto e cada peixe, as aves e todo outro animal e planta, definindo-lhes características e atribuindo-lhes utilidade”. (1992, p. 38). Desse modo, a poligamia constitui-se em hábito comum, não havendo nenhuma objeção à relação entre parentes muito próximos, assim como que entre jovens e idosos. Também, quando da morte de algum homem da tribo, a viúva casa-se com seu irmão mais velho ou parente mais próximo, caso o morto não tenha irmãos. Do mesmo modo, o *Tratado descritivo do Brasil* dá conta da presença entre as tribos de mamelucos que têm origem na relação dos tupinambás com os franceses.

Referências

- AMORA, Antônio Soares. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1960.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1980.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1983.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- DOURADO, Mecenas. *A conversão do gentio*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.
- FERNANDEZ MORENO, César. (Org.). *América Latina em sua literatura*. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1979.

- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1980.
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. SÃO Paulo: Companhia Editora Nacional, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1971.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Aspectos da literatura colonial brasileira*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1986.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1931.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A fundação do Brasil: testemunhos*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da conquista colonial*. Tradução de Marilda Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico: demonologia e colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. Tradução de Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- VAINFRAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Artigo recebido em: 01/09/18

Artigo aceito em: 29/09/18